

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 502 - Brasília, sexta-feira, 11 de julho de 1997

Senado aprova sem emenda a Lei das Telecomunicações

Em sessão que durou cinco horas e 40 minutos, parlamentares rejeitaram 58 emendas e um destaque, mantendo inalterado o texto que veio da Câmara. Projeto já foi encaminhado à sanção do presidente da República



Antonio Carlos preside a sessão que aprovou Lei das Teles

Seis propostas são votadas na semana

Seis projetos foram discutidos e aprovados pelo Senado nesta semana, inclusive a instituição do Fapi, que funcionará como aposentadoria paralela à

do INSS. Até a tarde de ontem, cinco matérias haviam sido inscritas, pela Secretaria Geral da Mesa, para votação na próxima semana. **Página 6**

O Senado aprovou ontem, em sessão que durou cinco horas e 40 minutos, o projeto de Lei Geral das Telecomunicações, mantendo inalterado o texto que veio da Câmara dos Deputados. A proposta recebeu 58 votos a favor e 13 contra, depois de debates que contaram com intensa participação parlamentar. As discussões se concentraram no item relativo aos poderes e características de atuação do órgão regulador, a Agência Nacional de Telecomunicações.

Ainda na tarde de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assinou os autógrafos do projeto, que foram encaminhados à sanção do presidente da República. **Páginas 4 e 5**

Nem o presidente pode demitir diretor

Nem o presidente da República poderá demitir os diretores da Anatel, agência reguladora do setor de telecomunicações, criada ontem. Os cinco

co diretores serão nomeados pelo presidente, depois de aprovados pelo Senado, e o órgão conta com total independência. **Página 6**

Suplicy sugere recursos para benefício social

Ele propõe que recursos das privatizações complementem fundos que pagarão benefícios sociais. **Pág. 3**



Benedita quer paridade de vencimentos

PÁGINA 3



Valmir prevê aposentadoria digna a todos

O Fapi possibilitará aposentadorias dignas para toda a população, afirma Valmir Campelo. **Pág. 3**

Primeiro-secretário do Senado conhece inovações no parque gráfico da Casa destinadas a produzir mais e melhor, com menores dispêndios

Ronaldo visita Secretaria de Editoração e Publicações

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado, fez ontem visita à Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, ocasião em que foi recebido pelo diretor da secretaria, Claudionor Moura Nunes, e pelos diretores Júlio Werner



Ronaldo, Agacieli e dirigentes da secretaria observam o resultado da impressão do Jornal do Senado

Pedrosa, Florian Augusto Coutinho Madruga, Luiz Augusto da Paz Júnior, Raimundo Pontes Cunha Neto e Flávio Romero.

Durante a visita, acompanha do diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, dos assessores especiais Stêl Nogueira, Félix Araújo Filho e Waldo Tomé de Souza, o senador foi

informado sobre o funcionamento da gráfica, os aspectos administrativos e funcionais e os investimentos em equipamentos e metas de trabalho.

Ronaldo Cunha Lima conheceu o novo sistema de informática que permitirá oferecer aos senadores uma forma mais rápida de revisão e editoração de livros, jornais, edições técnicas,

diário oficial da Casa, boletins e informativos.

O primeiro-secretário do Senado percorreu todo o parque industrial da gráfica, tendo conhecido o mais novo equipamento, adquirido na Alemanha, para confecção de envelopes. Essa máquina proporcionará economia de material de expediente ao Senado.

Questão social passa pelas reformas do Estado, enfatiza Elcio

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), disse que a questão social é o grande desafio da segunda metade do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para o senador, alguns dos pontos fundamentais para resolver os desafios sociais são o ajuste da economia, a reestruturação do Estado, a racionalização do sistema tributário, a abertura do mercado e a estabilidade da moeda.



Elcio: eixo decisório é outro

- O governo precisa transferir seu eixo decisório para questões como a reforma agrária, intensificar ações na educação, saúde e emprego, para o país avançar mais. É óbvio que o ajuste da economia tem forte repercussão social, por seus efeitos estabilizadores, mas não basta minimizar os conflitos gerados pela exacerbada concentração de renda ao longo dos séculos - assinalou Elcio Alvares.

Na opinião de Elcio, para atingir o setor social, é preciso rever o papel do Estado, reduzindo seu custo e modernizando-o. "Daí a necessidade de se concluir as reformas que estão no Congresso Nacional, como a administrativa, a tributária e da Previdência, além de continuar o programa de privatizações, tudo isso sem perder a estabilidade da moeda", afirmou o senador.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1523-9/97, que altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213/91

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (15.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: "PLC nº 16/97, que define mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951; e "PLC nº 26/97, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural.

Quarta-feira (16.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do "PLC nº 6/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; discussão em turno único da "Mensagem nº 93/97, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do diplomata Afonso Celso de Ouro-Preto para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Austrália, exercer o mesmo cargo junto à Croácia; e da "Mensagem nº 102/97, que submete à

deliberação do Senado o nome do diplomata Carlos Moreira Garcia para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Espanha, exercer o mesmo cargo junto ao Principado de Andorra.

COMISSÕES

Terça-feira (15.07.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa Prô-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradás; "Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; e "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (16.07.97)

18h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Leitura e aprovação do relatório da viagem ao Rio Grande do Sul. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucílio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes-Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Mariuce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio do Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço - Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15ª e 16ª andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

"Uma sinistra conspiração de interesses privados e passividade pública" explica por que o projeto que regulamenta o setor tramita há quatro anos na Câmara, enquanto "a vida e a saúde humana são aviltadas em nome do lucro"

Calheiros quer disciplinar planos de saúde

Diante da frequência com que o país toma conhecimento de casos em que a vida e a saúde humana são aviltadas em nome do lucro, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu ontem o projeto de regulamentação dos planos de saúde, que tramita na Câmara dos Deputados há quatro anos.

Segundo o senador, os planos de saúde embolsam altas mensalidades de seus usuários, "mas apresentam a fatura de despesas ao Sistema Único de Saúde (SUS)". Na regulamentação, observou, é preciso es-



Calheiros: em defesa do usuário tabelecer claramente a obrigatoriedade de as operadoras de planos ou seguros de saúde reembolsarem os hospitais públicos da rede do SUS, promevidência que reforçará o caixa do SUS e "imporá barreiras à facilidade com que as

empresas empurram para um sistema público já sobrecarregado os clientes que dão prejuízo por necessitarem de tratamentos mais sofisticados e caros".

Outra medida necessária destacada pelo senador é o disciplinamento das exclusões, de modo a impor a todas as empresas uma lista básica de procedimentos que não poderiam deixar de ser cobertos pelos planos.

Renan Calheiros disse ainda que, na opinião de muitos especialistas abalizados, a regulamentação demora na Câmara devido a "uma sinis-

tra conspiração de interesses privados e passividade pública, responsável pela paralisação decisória e a multiplicação de verdadeiros crimes como os da hemodiálise de Caruaru, da morte de dezenas de bebês em Fortaleza e do lento assassinato dos velhinhos da Clínica Santa Genevieve, no Rio de Janeiro".

Para o senador, surpreendente e intrigante é o Poder Executivo, "pródigo na edição de medidas provisórias", jamais tenha editado uma delas "para barrar essa escalada predatória contra a saúde e o bolso do consumidor".



Suplicy defende benefícios

Dinheiro da privatização para fundos, propõe Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que propôs ao relator da reforma da Previdência, senador Beni Veras (PSDB-CE), que parte dos recursos provenientes das privatizações seja direcionada aos fundos que serão criados pela União, estados e municípios para assegurar o pagamento de benefícios sociais previstos na proposta do Executivo.

No entendimento de Suplicy, Beni Veras deve examinar essa possibilidade, com vistas a, juntamente com outros bens e direitos, ampliar as reservas dos fundos a serem criados. Dessa forma, a seu ver, o acervo patrimonial das empresas privatizadas, "que pertence a todos os brasileiros", seria destinado à cobertura de benefícios sociais, especialmente para os programas de renda mínima e cidadania.

Suplicy também reportou-se a matéria de ontem do jornal *O Globo*, que adverte sobre medida provisória que o governo federal está preparando para baixar nos próximos dias, com o propósito de restringir benefícios a idosos e deficientes de baixa renda por falta de previsão orçamentária. A MP altera as regras de concessão de benefícios criadas pela Constituição de 1988 e contraria as promessas do presidente da República a respeito, diz a matéria.

Autônomos, empregados e microempresários são os mais beneficiados, diz Valmir Campelo



Valmir destaca benefícios do Fapi

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que, com a criação do Fapi (Fundo de Aposentadoria Programada Individual), cujo projeto foi aprovado esta semana pelo Senado, o governo Fernando Henrique Cardoso dá mais um passo na consolidação de sua política econômica. Na opinião do senador, a medida estimulará a poupança de longo prazo, possibilitando aposentadorias dignas para toda a população.

- Quero expressar o meu apoio a mais essa iniciativa do governo Fernando Henrique Cardoso - disse Valmir Campelo, para quem, a partir de agora, tanto os trabalhadores autônomos como os empregados de pe-

quenas e médias empresas poderão programar a complementação de suas aposentadorias. A medida, a seu ver, irá beneficiar "especialmente aqueles que hoje não têm acesso aos fundos de pensão patrocinados por grandes empresas, como os autônomos e os empregados de pequenas e microempresas".

Para o senador, além desse aspecto social, o Fapi permitirá a expansão da capacidade produtiva da economia, gerando investimentos sem riscos inflacionários. Ele disse estar convencido de que a medida representa, também, "um passo adiante no resgate da imensa dívida social do país para com os trabalhadores, notadamente os mais humildes".

Para Benedita da Silva, o substitutivo é mais "draconiano" que a proposta original do governo



Benedita insiste em paridade de vencimentos

Ao comentar ontem a reforma previdenciária proposta pelo governo e o substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE), a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que as mudanças em discussão no Senado, caso aprovadas, representarão uma regressão à situação anterior às Cartas de 1946 e 1967, apagando conquistas unanimemente estabelecidas pela Constituição de 1988. A observação da senadora foi feita a propósito do rompimento da paridade de vencimentos entre ativos e inativos, previsto no substitutivo.

- Ao não preservar os direitos que os atuais aposentados e pensionistas conquistaram, ao impedir que adicionais, gratificações e vantagens decorrentes de reclassi-

cação e transformação de cargos sejam o meio utilizado para repor as perdas dos inativos, o substitutivo produziu um texto mais draconiano do que o proposto pelo próprio governo - argumentou.

Benedita lembrou que os dispositivos constitucionais estabelecendo a revisão de pensões e aposentadorias na mesma data e proporção das modificações na remuneração dos servidores ativos tiveram apoio unânime na Constituinte.

Não é à toa, frisou a senadora, que o substitutivo Beni Veras recebeu mais de cem emendas dos senadores, prova inquestionável de que o assunto é controverso, pois esmaga direitos legitimamente conquistados.

REFORMAS



Questão que tomou mais tempo no plenário foi a criação da Agência Nacional de Telecomunicações e sua autonomia para administrar recursos sem licitação

Sessão de cinco horas aprova a LGT

Em sessão que durou cinco horas e 40 minutos, com intensa participação dos parlamentares, o Senado aprovou ontem o projeto de Lei Geral das Telecomunicações, por 58 votos a favor e 13 contra. Foram rejeitadas 64 emendas e recusado um destaque apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o que manteve inalterado o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

À tarde, o senador Antonio Carlos Magalhães assinou os autógrafos do projeto, que foram encaminhados à sanção do presidente da República.

Os debates se concentraram no item referente aos poderes e características de atuação do órgão regulador, da Agência Nacional de Telecomunicações, bem como nas questões sobre a autonomia dessa autarquia especial, seu poder absoluto para requisitar funcionários públicos e administrar recursos, sem a necessida-



A sessão da aprovação da Lei Geral das Telecomunicações foi tão concorrida quanto longa

de promover licitações em determinadas situações. As emendas de plenário foram relatadas pelos mesmos senadores que apreciaram as propostas de mudanças no projeto, quando de sua tramitação conjunta pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura, respectivamente, os senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Fernando Bezerra (PMDB-RN) e Hugo Napoleão (PFL-PI).

Da discussão da matéria participaram os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA),



Antonio Carlos assina autógrafos

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lauro Campos (PT-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE), Jefferson Peres (PSDB-AM), Bello Parga (PFL-MA), José Serra (PSDB-SP), Roberto Freire (PPS-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), José Fogaça (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ) e Esperidião Amin (PPB-SC). Os senadores do Bloco Oposição apresentaram pedidos de votação em separado de 40 destaques, mas em entendimentos com as lideranças da base de sus-

tenção parlamentar do governo acabaram por retirá-los, após a larga margem registrada na aprovação do projeto e a rejeição das emendas.

Josaphat Marinho contrariou a orientação da liderança de seu partido, o PFL, e votou contra o projeto. Os líderes do PMDB, PPB, PTB e PSDB recomendaram o voto a favor, mas a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) também divergiu dessa orientação e votou contra.

Ao final da sessão deliberativa extraordinária de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, marcou para a sessão deliberativa da próxima quarta-feira a apreciação, pelo plenário da Casa, do projeto de lei que vai regulamentar a quebra do monopólio do petróleo e a criação das agências nacionais de energia e do petróleo, a exemplo do que foi feito com o setor de telecomunicações.



ESPERIDIÃO AMIN

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse estar convencido de que, com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), brevemente deverá ser criado o "ministério das agências reguladoras de serviços públicos. Este possível ministério talvez até venha a consumir mais tempo do que estamos tendo para decidir sobre a LGT".



PEDRO SIMON

Na discussão do projeto, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que as comissões e os relatores da matéria não tenham acolhido nenhuma das emendas apresentadas à proposição.

Para ele, há dispositivo no projeto que é "absolutamente inconstitucional", como o artigo 18, pelo qual cabe ao Poder Executivo instituir ou eliminar a prestação de modalidades de serviços do regime público. "Isso é um cheque em branco", disse.



JOSÉ FOGAÇA

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu a aprovação da LGT. Para ele, a Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador, "é um ganho político conquistado pelo PMDB, em 1996, quando foi votada a lei da telefonia celular".

Fogaça lembrou que, ao contrário das agências do petróleo e energia elétrica, o Senado não será ouvido na demissão de algum diretor. "Mas nada impede que o Congresso modifique a LGT".



BELLO PARGA

Para Bello Parga (PFL-MA) a requisição de funcionário para integrar a Anatel não possui um aspecto autoritário. "O artigo estabelece que é o órgão público que poderá recusar a indicação, não o funcionário", disse. No entender de Parga não há exacerbamento do poder presidencial no artigo que delega ao Poder Executivo a instituição da prestação de modalidades de serviços no regime público.



ROBERTO FREIRE

Roberto Freire (PPS-PE) considera que o projeto reflete modernidade e poderia ter sido aprimorado pelo Senado. Lamentou que as emendas apresentadas tenham sido rejeitadas, mas manifestou-se favorável à "estrutura básica" da proposta. O senador, contudo, disse que votaria contra o projeto a pedido do Bloco Oposição. Roberto Freire entende que a aprovação da lei traz o risco de acabar com o investimento em pesquisas do setor.

REFORMAS



José Ignácio Ferreira, na CCJ; Fernando Bezerra, na CAE; e Hugo Napoleão, na Comissão de Infra-Estrutura, concordam que a nova lei é sinônimo de modernidade

Relatores fazem suas defesas



BENEDITA DA SILVA

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) questionou alguns dispositivos do projeto. Ela se referiu, por exemplo, ao artigo que estabelece o direito de exploração e uso das radiofrequências destinadas ao controle e monitoração do satélite e às telecomunicações via satélite. "Se exigível a licitação, o direito de exploração será conferido mediante processo administrativo a ser estabelecido pela agência controladora", observou.

Para Benedita da Silva, "o que está havendo é apenas uma pequena mudança no que diz respeito à substituição de um monopólio estatal, que bem ou mal vinha atendendo às demandas sociais, pelo monopólio regional privatizado".



JOSÉ SERRA

A aprovação da LGT foi defendida por José Serra (PSDB-SP) com o argumento de que as empresas públicas não têm condições de comandar um setor da mais alta tecnologia mundial. "Se não abríssimos o setor das telecomunicações, estaríamos cometendo o mesmo equívoco cometido em relação à lei de reserva de mercado da informática, que já está causando sérios prejuízos ao Brasil", disse.

Além de as empresas regionais poderem concorrer com a própria Embratel, Serra apontou a universalização e a concorrência como outros pontos, a seu ver, fundamentais do projeto.

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), relator do projeto na CCJ, defendeu em plenário a proposta da LGT porque objetiva atender ao novo cenário da telecomunicação brasileira: "O cenário atual é de concentração e de monopólio estatal". Na sua opinião, a nova lei representa uma reorganização dos serviços de telecomunicações e propõe a criação de um órgão regulador, "que é o coração deste novo sistema".

Ao comentar a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), José Ignácio afirmou que o órgão é "o mais independente e autônomo possível".

- Foi feito o que era permitido constitucionalmente. Concebeu-se um órgão regulador com o máximo de autonomia e de independência, qualificado como uma autarquia especial, inclusive com poder de outorga, de regulação, de fiscalização e de controle - disse.

Relator da matéria na Co-

missão de Assuntos Econômicos, Fernando Bezerra (PMDB-RN), enfatizou que o projeto reflete quatro pontos: a redefinição do papel do Estado; a expectativa que o projeto gera quando abre o serviço de telecomunicações para a iniciativa privada; promove a competição e eficiência do setor e reforça o compromisso público de atendimento das demandas pela universalização.

Hugo Napoleão (PFL-PI), relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sustentou em seu relatório que o Sistema Telebrás, a Embratel e as companhias estaduais "vêm prestando inestimável serviço à população". Para ele, no entanto, não foram suficientes para dar resposta completa às exigências da sociedade como, por exemplo, os telefones públicos e a telefonia rural.



José Ignácio: a agência terá toda a autonomia que a Constituição permite



Napoleão: as teles prestam serviço inestimável, mas não são o suficiente



Bezerra: compromisso de atendimento das demandas pela universalização

■ Leia mais sobre a Lei das Teles na página 6



JOSAPHAT MARINHO

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que iria votar contra o projeto, pois acredita haver inconstitucionalidades na proposição. Ele esclareceu ter apresentado cinco emendas na CCJ para corrigir o projeto, mas todas foram rejeitadas.

"Pela discussão que se travou nas comissões, é evidente que o projeto contém inconstitucionalidades e inconveniências manifestas", justificou. "Não renovei no plenário as emendas porque a experiência me indica que não devo tomar atitudes inúteis."



ANTONIO C. VALADARES

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou dois dispositivos do projeto: um estabelece que o funcionário requisitado pelo Ministério das Comunicações para trabalhar na Anatel não pode recusar a indicação, e outro determina que o orçamento da agência não sofrerá limites nos valores para movimentação e empenho. Valadares elogiou o trabalho feito pelos deputados e acrescentou: "É lamentável que esta Casa tenha passado mesmo a ser um mero carimbador da Câmara".



LAURO CAMPOS

O senador Lauro Campos (PT-DF) questionou "como uma população como a nossa poderá optar pelos videofones, telefones e meios de comunicação de alto custo quando não tem acesso sequer aos impulsos mais baratos da telefonia mais antiquada e arcaica que aí ficará". Lauro aproveitou a oportunidade para criticar o modelo econômico que resultou no "perfil antagônico" do consumidor de bens e serviços: de um lado, o luxo da minoria, que reserva apenas o lixo à maioria.



JEFFERSON PERES

Jefferson Peres (PSDB-AM) considerou que a proposição é reconhecida por muitos especialistas como um dos melhores projetos reguladores das telecomunicações, "não da América Latina, mas talvez de todo o mundo". Para ele, a criação da Anatel moderniza o Estado e o retira da economia como produtor para dar-lhe o papel que, a seu ver, lhe compete: o de regulador e fiscalizador. "A nova agência é independente, autônoma e põe o Brasil no caminho da modernidade", destacou.

REFORMAS



A Lei das Telecomunicações, a instituição do Fapi e a fixação de penas mais severas para os crimes ambientais destacam-se entre as matérias apreciadas na 2ª semana de convocação

Lei das Teles dá bases para privatização

A Lei Geral das Telecomunicações aprovada ontem pelos senadores, além de autorizar a reestruturação e privatização da Telebrás, da Embratel e de todas as companhias estaduais de telefonia, cria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), encarregada de regular e fiscalizar a área. Essa lei substitui o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo, entre outras coisas, os deveres do poder público para garantir serviços a preços razoáveis aos brasileiros.

A Anatel é um órgão com total independência administrativa e financeira, com cinco diretores nomeados pelo presidente da República para mandatos de cinco anos, depois de aprovados pelo Senado. Após a posse, ninguém poderá demiti-los, nem mesmo o presidente da República. Eles só deixarão o cargo por improbidade administrativa ou se negligenciarem as exigências do governo para que empresas privadas ofereçam serviços básicos nas áreas de baixo retorno financeiro.

O mandato de cada diretor terminará em um ano diferente dos outros, permitindo continuidade administrativa mesmo com a posse de um novo presidente da República. Essa garantia contra demissões impedirá que o conselho da Anatel tome decisões sob pressão política de qualquer setor ou Poder. O presidente só poderá indicar para o conselho pessoas com elevado conceito na sua especialidade. A Anatel estabelecerá normas para tudo na nova fase das telecomunicações brasileiras, que serão privatizadas a partir de agora (grupos privados já estão entrando na telefonia celular).



Na próxima semana, a terceira do período de convocação, o plenário do Senado apreciará o projeto que regulamenta a nova política do petróleo

Seis matérias aprovadas na semana

O plenário do Senado discutiu e aprovou seis projetos nesta semana - a segunda da convocação extraordinária -, inclusive a instituição do Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), que funcionará como aposentadoria paralela à do INSS ou título de capitalização, após dez anos, e a organização dos serviços de telecomunicações.

Até a tarde de ontem, cinco matérias já tinham sido inscritas, pela Secretaria Geral da Mesa, para votação na semana que vem, a terceira do período extraordinário. A convocação foi aberta numa quarta-feira (dia 1º), com sessão solene de instalação, e na sessão ordinária da quinta, dia 2, foram aprovados dois pedidos de emissão de títulos, solicitados pelo estado e a prefeitura do Rio de Janeiro.

Entre as quatro matérias votadas na terça-feira, dia 8, duas foram enviadas à sanção: o Fapi e o projeto que obriga as secretarias de Educação a ouvirem todas as diferentes religiões antes de estabelecer o currículo do ensino religioso de primeiro grau, excluindo o proselitismo em favor de qualquer uma delas, de acordo com os dispositivos da Lei de Dire-

trizes e Bases.

Na mesma sessão, o Senado aprovou substitutivo a projeto de autoria do Executivo determinando punições mais severas para quem agir de forma lesiva ao meio ambiente. Por ter sido alterada, a matéria voltará à Câmara, juntamente com projeto sobre proteção à fauna, que tramitava em conjunto.

Já na quarta-feira, dia 9, o Senado votou, no exercício das atribuições privativas da Casa, autorização à prefeitura de Co-

ronel Barros (RS) para contratação de empréstimo de R\$ 61 mil, junto à Caixa Econômica Federal, destinado ao programa habitacional do município. A votação da lei das telecomunicações ocupou praticamente toda a sessão da manhã de ontem.

Para a Ordem do Dia de terça-feira, dia 17, estão previstas a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, a criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional do Petróleo

e a concessão de subvenção econômica a produtores de borracha natural. Da pauta da quarta, dia 18, constam as designações de três embaixadores: Affonso Celso de Ouro Preto e Carlos Moreira Garcia, para acumularem, respectivamente, as embaixadas na Croácia e em Andorra, com as que já ocupam, atualmente, na Áustria e na Espanha, e Carlos Alberto Leite Barbosa, para representar o Brasil junto à OEA, em substituição a Itamar Franco.

Comissões em plena atividade

As comissões do Senado votaram matérias importantes nesta semana, como as referentes à flexibilização do monopólio estatal nas áreas das telecomunicações e do petróleo. Além disso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto de lei da Câmara criando o Estatuto dos Refugiados.

Os pareceres favoráveis ao projeto que institui a Lei Geral das Telecomunicações foram

aprovados na terça-feira, em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), mantendo o texto enviado pela Câmara dos Deputados.

A CAE acolheu também, em reunião realizada na quarta-feira, parecer favorável de José Fogaça (PMDB-RS) ao projeto de lei que regulamenta a emenda constitucional que flexibilizou o monopólio estatal do petróleo.

A CPI dos Precatórios rejei-

tou na quarta-feira (dia 9), por sete votos a cinco, requerimentos de Eduardo Suplicy (PT-SP) para a convocação do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, e dos governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Paulo Afonso Vieira, de Santa Catarina. A comissão aprovou ainda a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de José Carlos Gallotti Blauth. A CRE aprovou parecer favorável referente a acordo comercial entre o Brasil e a Malásia.

"Quero saudar esse acontecimento que é da maior importância para os quatro estados da região", diz senador; ao defender uma agência de fomento própria para gerir os recursos do FCO

Tebet vê nova perspectiva para Centro-Oeste

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) aplaudiu ontem a instalação do Conselho Deliberativo (Condel) do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e cobrou medidas efetivas para o progresso da região. Instalado na terça-feira, em solenidade no Ministério do Planejamento, o conselho, para o senador, se constituirá num "importantíssimo fórum de debates" entre o Executivo, o Legislativo e representantes da iniciativa privada em busca da solução definitiva para os problemas e necessidades do Centro-Oeste.

- Quero saudar esse acontecimento que é da maior importância para os quatro estados

da região - disse o senador, certo de que essa será a oportunidade de se melhorar as condições de financiamento "para os que há muito trabalhavam pelo desenvolvimento do Centro-Oeste". Ele fez um apelo ao BNDES para que adote medidas que permitam à região ter uma agência de fomento própria para gerir os recursos do fundo.

Após informar que o FCO tem cerca de R\$ 320 milhões parali-



Tebet: conselho influirá nas decisões

sados no Banco do Brasil em razão da elevada taxa de juros cobrada para os empréstimos, o senador afirmou que, de agora em diante, o banco não vai agir sozinho.

Isso porque o novo conselho, constituído por quatro governadores, pelo governo federal, por representantes das federações das Indústrias e da Agricultura e de parlamentares da região, dispõe de meios para influir nas de-

cisões.

Na opinião de Tebet, os problemas da região poderão começar a ser solucionados já a partir do próximo dia 14 de agosto, quando o Conselho Deliberativo do FCO realizará sua primeira reunião. O senador acredita que a questão dos mutuários, que se encontram em dificuldade para saldar suas dívidas, seja resolvida satisfatoriamente.

Em aparte, Levy Dias (PPB-MS) apoiou o pronunciamento de Ramez Tebet, mas expressou seu descontentamento porque, a seu ver, a primeira reunião do Conselho Deliberativo do FCO deveria ter sido realizada logo após o ato de sua instalação.



Lobão: solenidade em São Luís

Maranhão vai ter nova linha de energia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou que participará na segunda-feira, dia 14, da assinatura do ato que autoriza a construção da linha de transmissão de energia elétrica entre Imperatriz (MA) e Samambaia (DF). A solenidade será em São Luís e contará com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito.

A obra abrange 1.270 quilômetros de linha de transmissão em corrente alternada de 500 KVA e está em plena fase de implantação. Lobão informou que a data prevista para a entrada em funcionamento da interligação foi antecipada de dezembro de 1999 para dezembro de 1998.

Abdias elogia livro sobre o centro histórico de São Luís

A iniciativa do senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) de fazer editar uma publicação sobre a arquitetura de São Luís foi elogiada ontem pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), para quem "preservar a memória histórica constitui a melhor maneira de se manterem vivos os elos que ligam o passado e o presente de um povo, fortalecendo sua identidade e garantindo a continuidade cultural entre as gerações".

Conforme Abdias, a obra, intitulada *Reviver*, revela não apenas o importante trabalho realizado por Cafeteira quando era governador do Maranhão para a recuperação do centro histórico de São Luís, "mas principalmente as verdadeiras jóias que colocam a cidade entre as mais belas expressões da arquitetura colonial brasileira".



Abdias: elos com o passado

Na opinião de Abdias, os brasileiros não têm consciência da importância da memória do país. "Permitimos a degradação de nossos referenciais artísticos e arquitetônicos, ou mesmo sua total destruição, substituindo-os por shopping centers, condomínios luxuosos ou outros ícones de uma 'modernidade' que pretende desencilhar-se do passado na ilusão de que isso propicie um atalho para o futuro."

Segundo o senador, São Luís viveu no século XX um período de isolamento e estagnação, responsável pela preservação não só de seu patrimônio arquitetônico, mas de recursos urbanos e ambientais que já se perderam na maior parte das capitais brasileiras. "Não por acaso, a Unesco aprovou o parecer técnico que indica São Luís como patrimônio da humanidade", observou.

Levy Dias destaca trabalho social da Fundação Bradesco

O senador Levy Dias (PPB-MS) apontou o trabalho desenvolvido pela Fundação Bradesco como exemplo a ser seguido pelos empresários para que "os problemas sociais mais crônicos da nossa população tenham efetivamente solução". Conforme disse o senador, a fundação oferece, além de ensino de ótima qualidade, alimentação, assistência médica e odontológica, uniforme e material escolar a alunos de comunidades carentes brasileiras.

Levy Dias afirmou que a fundação é uma das maiores redes de ensino privado do país, estando presente em quase todos os estados brasileiros.

De acordo com o senador, no ano passado, 63.900 estudantes estavam matricula-



Levy Dias: exemplo

dos na pré-escola, no 1º e 2º graus e no supletivo, enquanto 31.800 se habilitaram em outros cursos rápidos de treinamento profissional.

O senador lembrou que os cursos de rápida profissionalização visam a suprir a carência de qualificação de mão-de-obra em cada comunidade. "Assim, há cursos de informática, artes gráficas, culinária, datilografia, escriturário, cabeleireiro, eletricitista, corte e costura e primeiros socorros".

Levy citou matéria do jornalista Gilberto Dimenstein, publicada na *Folha de S. Paulo*, segundo a qual os 80 milhões de reais anualmente aplicados na fundação transformaram o Bradesco no maior patrocinador privado de programas sociais do país.



Teotônio destaca obra social

Teotônio lamenta falecimento de dom Constantino

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) registrou o falecimento do bispo emérito de Penedo e vigário da paróquia de São Francisco de Assis, dom Constantino Luers, "motivo de profunda tristeza para o povo alagoano".

Para Teotônio, a obra assistencial de dom Constantino foi notável e "seu legado está espalhado por várias cidades de Alagoas, que receberam os benefícios de sua ação incansável em favor dos desassistidos".



Lauro: nada além de R\$ 500

Lauro limita presentes a autoridades

Os titulares dos poderes públicos da União, dos estados e dos municípios não poderão receber, a título pessoal, presentes ou doações de valor superior a R\$ 500,00, caso seja aprovado projeto de lei do senador Lauro Campos (PT-DF). Segundo a proposição, os presentes que excederem esse limite deverão ser entregues para reversão ao patrimônio público.

O projeto de Lauro Campos abrange o presidente da República, os governadores, prefeitos, seus substitutos legais e os chefes de órgãos da administração pública, inclusive fundações supervisionadas pelo poder público.



Amin: 10% para doações

Amin defende filantropia com IR menor

Qualquer pessoa poderá deduzir até 10% do imposto de renda devido para entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, caso seja aprovado projeto apresentado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). As empresas poderão, segundo a proposta, deduzir até 1% do imposto devido para a filantropia. O senador entende que essas entidades prestam um grande serviço social ao país e não são reconhecidas.

Parecer aprovado na comissão não reconhece como refugiados praticantes de crimes hediondos, tráfico de drogas e terrorismo, entre outros

CRE acolhe o Estatuto dos Refugiados de 1951

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou, na manhã de ontem, relatório favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao projeto do Executivo que define mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

O parecer acolhido pela comissão não reconhece como refugiados os praticantes dos crimes contra a paz, de guerra, contra a humanidade, hediondos, atos terroristas, tráfico de drogas ou contrários aos princípios da Organização das Na-



Cabral acatou texto do Executivo ções Unidas.

Bernardo Cabral considera, no parecer, que o projeto, como se encontra, disciplina adequada e amplamente a matéria de que trata, indicando, na de-

vida ordem e seqüência, os seus principais aspectos e partes, resultando daí a definição clara dos mecanismos necessários à implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.

Ainda na reunião de ontem, a comissão aprovou a indicação do diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa para chefiar a missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) e o texto do acordo comercial celebrado entre os governos brasileiro e o da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26 de abril de 1996. As matérias serão submetidas à apreciação do plenário.

João Rocha redefine as funções do BNDES

A estrutura e capacidade técnica, operacional e de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) transformaram-no numa das mais importantes agências mundiais de fomento, na opinião do senador João Rocha (PFL-TO), que ontem considerou "inconcebível a União, estados e municípios se desgastarem na busca direta de recursos em agências internacionais, com uma instituição de tal magnitude".

Para ele, caberia estreitar as parcerias com o Banco Mundial e o BID, tornando o BNDES intermedidiário. Assim, o banco fortalecerá sua carteira de financiamentos e operaria a custos menores.

João Rocha citou relatório do TCU mostrando que, de um total de US\$ 10,09 bilhões que ingressaram no Brasil nos últimos 10 anos via financiamento dos dois bancos, "o país pagou US\$ 13,5 bilhões com o principal da dívida, US\$ 7,9 bi-



Rocha: o momento é agora milhões de juros e US\$ 228 milhões de comissões".

A proposta é oportuna, conforme o senador, porque o BID e o Bird redirecionam agora as prioridades para países como o Brasil. Criados para equilibrar balanços de pagamentos de países ricos no pós-guerra, ambos passaram a gerenciar a estabilização, apoiando reformas estruturais coadjuvados pelo FMI. João Rocha salientou que, hoje, os dois bancos reconhecem seu fracasso no combate à pobreza.

Abdias saúda presidente da Guiné-Bissau

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) desejou pleno êxito à visita ao Brasil do presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira, para ele o representante do "primeiro país da chamada África Portuguesa a se tornar independente, ligado ao Brasil por laços de sangue e cultura".

João Bernardo Vieira foi eleito em 1994, na primeira eleição livre do país, depois de ter assumido o governo em 1980, ao depor o presidente Luís Cabral, acusado de favorecer a minoria cabo-verdiana do país, explicou Abdias. "Vieira extinguiu o modelo de partido único, democratizou o país e fez nova Constituição, adaptada às novas condições da comunidade internacional."

- A África está mudando. E o Brasil, mais do que qualquer país, pode ajudar e se beneficiar, cooperando em vários setores, como já se faz com Guiné-Bissau nas áreas educacional e tecnológica - frisou.



Maldade da sociedade, diz Gilvam

Gilvam pede relator para a eutanásia

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) dirigiu apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que seja designado novo relator para projeto sobre eutanásia, de sua autoria, que tramita há um ano na Casa.

"O projeto foi devolvido pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)". queixou-se Gilvam Borges, lembrando que já conversou com todos os membros da comissão, mas não achou quem relatasse a matéria.

Ele afirmou que existem vários segmentos religiosos que já aprovam a eutanásia e que não vê razão para uma possível discriminação em relação ao assunto. E citou o caso de um amigo seu que, encontrando-se tetraplégico no leito de um hospital, lamentou não poder sequer cometer o suicídio, "uma vez que não mais tinha vontade de viver". Segundo Gilvam Borges, o livre arbítrio é um direito "bíblico" e a omissão sobre o assunto, no Brasil, é uma "maldade da sociedade".

O projeto autoriza a prática da morte sem dor, a partir da constatação de uma junta de três médicos (que o senador admitiu aumentar para cinco) com a presença de um neurologista. Na ausência dos familiares, um juiz poderá, depois de ouvir pessoas ligadas ao paciente, autorizar o desligamento de aparelhos ou outras medidas necessárias, desde que ele tenha expressado essa vontade.